

**Lucas do Rio Verde – um caso de sucesso
No planejamento urbano**

Rosana Lia Ravache

Professor Doutor, UNIVAG Brasil
rosana@univag.edu.br

RESUMO

O artigo trata do papel da tecnologia de ponta no processo de desenvolvimento territorial e local de Lucas do Rio Verde, que se localiza a 334 km (via BR 163) ao norte de Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso. Hoje, é um município de médio porte que se desenvolveu muito rápido, e que o início dos anos 2000, contava com uma população era predominantemente sulista mas, com a divulgação do prodígio dos monocultores, pessoas de várias regiões do país migraram para a cidade, principalmente depois da chegada de empresas multinacionais, quando a administração pública começou a perceber a importância dos municípios como fonte fértil de ideias para um projeto de cocriação urbanística iniciado em 2005 visando, por um lado, aumentar os efeitos positivos das políticas públicas a serem implantadas e, por outro, criando saídas para atender à demanda de infraestrutura provocada pelo aumento populacional provocado pela instalação BRF/Sadia. Lucas do Rio Verde se reinventou com base num projeto urbanístico que visou atender as demandas de um novo tempo e o resultado deste planejamento se configurou num grande sucesso.

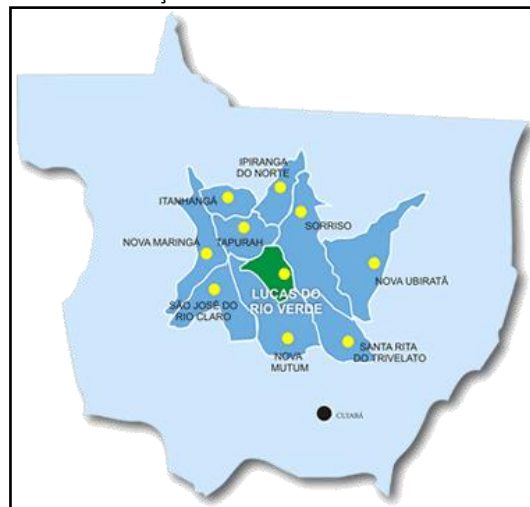
PALAVRAS-CHAVE: Lucas do Rio Verde. Desenvolvimento Urbano. Projetos de Cocriação.

Introdução

Lucas do Rio Verde situa-se à margem da BR-163, na meso região do médio norte, e microregião do Alto Teles Pires. Tem um relevo caracterizado como predominantemente plano e sua vegetação nativa varia entre o Cerrado arbóreo denso (cerradão) e a Floresta Amazônica, típico do médio norte mato-grossense.

Pertence a Amazônia Legal, uma área criada pelo governo brasileiro como forma de planejar e promover o desenvolvimento e econômico dos estados da região amazônica, que historicamente compartilham os mesmos desafios econômicos, políticos e sociais.

Figura 01 – Localização de Lucas do Rio Verde em Mato Grosso



Fonte: ASCOM – Prefeitura de Lucas do Rio Verde/ 2012

Pressionados pelas inúmeras dificuldades daquele período, muitos moradores desistiram de seus sonhos e retornaram para suas regiões de origem, outros acabaram perdendo seus terrenos para a agricultura extensiva que começava a ocupar a vastidão do Cerrado e alguns poucos permaneceram e iniciaram a construção da agrovila.

Conforme esclareceu Dr. Paulo Pitaluga Costa e Silva, então coordenador do INCRA, até o nascimento de Lucas do Rio Verde foi diferente:

Inclusive tem uma coisa interessante. Tem um lugar lá, chamado Piúva, antes de Lucas, você vira à esquerda para a estrada que leva a Tapurah; e lá, com base em

fotografia aérea, nós fizemos uma cidade. A cidade teria o nome de Piúva ou Piuval, não recordo bem. Estava tudo lá planejado, quando de repente chega no INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) um gaúcho, daqueles gaúchos mesmo, todo pilchado¹. Um bom sujeito, falante, não me lembro mais o nome dele; eu sei que ele era um dos posseiros que teve uma terra regularizada pelo INCRA. Aí ele me falou o seguinte: Dr. Paulo, o senhor conhece aquela área lá onde vocês vão fazer a cidade? Eu respondi: Eu não conheço, mas os nossos técnicos foram lá já. Pois é, continuou ele, aquilo, na época das chuvas², inunda. Aquilo é um pantanal. Eu achei que era impossível, mas ele insistiu: é possível sim! Eu perguntei quando estaria voltando para lá, chamei um agrônomo e um técnico agrícola e pedi que fossem lá ver este negócio, constatar isso para ver como é que ficaria. Aí o pessoal foi lá, foi na casa deste gaúcho, que morava a uns 5 ou 10 km do local, pegaram o gaúcho e foram vistoriar a área. Voltaram e me disseram: Dr. Paulo, o que acontece ali é um dilúvio; não pode ter cidade. Aí eu perguntei ao gaúcho qual seria o melhor lugar para a gente fazer a cidade; e ele respondeu: daqui a uns 5 km para cima, o senhor já pode fazer em qualquer lugar. Foi quando eu me lembrei do local onde esteve instalado o antigo acampamento do 9º BEC... Tá bom, vamos fazer lá. Daí, redesenhamos a cidade toda, lá onde hoje é Lucas do Rio Verde (RAVACHE, 2013).

Embora o INCRA tivesse avaliado o solo como “pobre em nutrientes naturais”, o mais importante para os imigrantes, ter concluído que seria possível cultivar naquele solo, em condições econômicas viáveis, se conseguissem trata-lo convenientemente com corretivos agrícolas e adubos. Foi quando passaram então a plantar, arroz, milho, mandioca e soja. No segundo ano, estes imigrantes pioneiros tiveram acesso ao financiamento do Banco do Brasil, através do PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste)³. Com o financiamento, os colonos conseguiram abrir 25 ha para a produção de arroz, mesmo pagando um preço muito alto para utilizar o maquinário dos fazendeiros vizinhos, visto que não tinham condições para financiar máquinas próprias, essenciais para a agricultura no Cerrado, independente do custeio dos produtos para a correção do solo que também encareceria muito o custo de produção.

No primeiro ano, a COOPERLUCAS⁴ empreendeu muitos esforços e, de acordo com Huber (2010), “conseguiu que as primeiras escrituras de terras fossem processadas no Cartório de Registro de Imóveis, com as quais os agricultores poderiam intensificar as negociações com o Banco do Brasil”. A partir do ano seguinte, o processo de titulação se tornou cada vez mais difícil e os agricultores encontraram cada vez mais dificuldades na concessão de empréstimos para investir nas áreas destinadas ao plantio de arroz e custeio agrícola. Como consequência, veio o fracasso na safra agrícola e muitos não conseguiram saldar as dívidas contraídas com financiamentos anteriores. A situação piorou com a mudança na política de incentivos à agricultura, que retirou os subsídios ao crédito rural e os juros passaram de 12% para 35% ao ano, principal causa da saída maciça dos imigrantes, por não terem encontrado outra solução

¹ Vestido com a indumentária gauchesca

² Em Mato Grosso as estações do ano praticamente se resumem a duas: a estação das chuvas e a estação da seca.

³ A partir de 1970, como substitutivos da reforma agrária, o governo federal lançou vários programas especiais de desenvolvimento regional. Entre eles, o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste - PROTERRA (1971). Um dos programas que mereceu maior atenção e ao qual foi destinada uma soma significativa de recursos, com o propósito de ocupar uma parte da Amazônia, ao longo da rodovia Transamazônica. O desempenho do programa também deixou a desejar, pois desapropriava áreas escolhidas pelos próprios donos, pagava à vista, em dinheiro, e liberava créditos altamente subsidiados aos fazendeiros. Apenas cerca de 500 famílias foram assentadas depois de quatro anos de criação do programa. Fonte: www.planalto.gov.br/publi_04.

⁴ Cooperlucas uma cooperativa formada por empresários rurais do interior de São Paulo, que negociou com o INCRA a realização de um projeto de assentamento conjunto, projeto e fazia parte da política de colonização.

senão vender suas terras a preços inferiores ao do valor real ou simplesmente abandoná-las deixando para trás tudo o que haviam começado.

De acordo com os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) do município é considerado alto. Hoje voltado principalmente para o agronegócio Lucas do Rio Verde desenvolve, em paralelo, uma indústria transformação de grãos que se expande rapidamente com alta tecnologia e elevados índices de produtividade, fato fundamental para que o município tenha se firmado como um dos mais importantes e eficientes polos do agronegócio do mundo. Responsável por 1% de toda produção brasileira de grãos, embora sua área ocupe apenas 0,04% do território nacional, Lucas do Rio Verde ingressou efetivamente no processo de verticalização de seu perfil econômico que vem evoluindo, a partir do ano de 2005. Paralelo ao sucesso da indústria, já em 2010, 95,3% da população vivia acima da linha de pobreza, ou seja, 3,6% entre as linhas de indigência e de pobreza e 1,1% abaixo da linha de indigência. No mesmo ano, os 20% mais ricos eram responsáveis por 51,4% no rendimento total municipal, dez vezes superior à renda dos 20% mais pobres, que era de apenas 4,9%.

Para falar do desenvolvimento territorial e local do município e da sua metamorfose no decorrer dos últimos anos, é importante voltar no tempo e entender as etapas de superação enfrentadas pelos imigrantes pioneiros, bem como a tônica de resiliência que orienta o poder público e os munícipes até hoje.

Autores como Huber (2010), Joanoni Neto (2007), Zart (1988) e principalmente Gislaene Moreno (2007), deram consistência às informações a respeito da imigração na região norte de Mato Grosso e identificação das histórias disponíveis entre os remanescentes da migração do “Nortão”⁵. Couto e Silva (1981), Becker (1990, 2004), e Ianni (2004) deram as bases para aprofundar os conhecimentos sobre as políticas aplicadas na Amazônia Legal e Reforma Agrária, enquanto Castells (2007, 2008), Chesnais (1996), Giddens (1991, 2003, 2007), Harvey (2006), Lefebvre (1974) e Moore Junior (1983) abriram o campo da política social e sua aplicação nas cidades mais ou menos desenvolvidas. Corrêa (1987), Haesbaert (2011) e Santos (1988, 1994, 1997, 2005, 2006, 2009) foram essenciais no direcionamento calibrado da escolha de conteúdos para o relacionamento espaço-tempo nos estudos geográficos e urbanísticos.

Embora o coronelismo tenha atuado ostensivamente no médio norte do estado com a distribuição de terras devolutas⁶ doadas ou vendidas a baixo custo a pessoas físicas e jurídicas, por meio de manobras capitaneadas por burlas em detrimento das populações autóctones e imigrantes, o desenvolvimento da região e especialmente de Lucas do Rio Verde se deu à custa de muito trabalho e ampla visão de futuro. O processo de ocupação de Mato Grosso, iniciado na década de 1960, está imbricado numa política nacional de ocupação da região amazônica, onde cidades como Lucas do Rio Verde se desenvolveram e acompanharam a expansão do agronegócio implantado desde as primeiras propostas de reterritorialização nas regiões norte e nordeste do estado. Com o propósito de identificar melhor a metamorfose que ocorreu nesta região, utilizou-se um assente teórico multidisciplinar visando dar à pesquisa um formato que fosse respaldado na geografia, na urbanização, na geopolítica, nas políticas

⁵ É como a região norte de Mato Grosso é popularmente conhecida

⁶ Terras devolutas são propriedades públicas que nunca pertenceram a um particular, mesmo estando ocupadas. O termo ‘devolutas’ relaciona-se com a decisão de devolução desta terra para o domínio público ou não, dependendo de ações ditas discriminatórias. Historicamente, envolvia a devolução de terras que foram da coroa portuguesa, no período do Brasil Império e que, por serem públicas, nos termos da Constituição da República, não poderiam ser usucapidas. (Fonte: <http://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/>).

públicas, na sociologia e no agronegócio porque, tanto quanto se sabia até então, o sucesso destes municípios não estava preso apenas ao negócio das *commodities*, porque concordando com Santos (2009:23) “a coerência interna da construção teórica depende do grau de representatividade dos elementos analíticos ante o objeto estudado”.

1 – A TERRITORIALIZAÇÃO DO MÉDIO NORTE DE MATO GROSSO

1.1 A produção do espaço pelo capital

Harvey (2005), ao analisar a produção do espaço pelo capital, coloca em evidência as condições que permitem entender a ocupação do território do médio norte mato-grossense quando afirma que:

A racionalização geográfica do processo produtivo depende, em parte, da estrutura mutável dos recursos de transporte, das matérias-primas e das demandas do mercado em relação à indústria, e da tendência inerente à aglomeração e à concentração da parte do próprio capital. No entanto, essa tendência exige, para sustentá-la, como inovação tecnológica (HARVEY, 2005:52)

Ao afirmar que racionalização geográfica do processo produtivo depende das demandas do mercado em relação à produção e que a tendência inerente à concentração do capital exige inovação tecnológica para sustentá-la, Harvey (2005) deu margem à análise de Lucas do Rio Verde como espaço que não só foi ocupado, como consolidou sua capacidade técnica de transformação do solo e das sementes, e também procurou diminuir, na década de 1970, a pressão exercida pela necessidade de terras no sul do país, onde o Governo Federal encontrava dificuldades para atender à demanda por terras agricultáveis.

É importante entender como estas pessoas se reinventaram, como fizeram e estão fazendo para que as portas desta nova classe social que poderia ser reconhecida como nova burguesia, se abram, mesmo sem depender, necessariamente, de suas antigas profissões de agricultores.

Castells (2007) dá uma dimensão bastante aproximada do que se pretende discutir neste trabalho

O que deve ser guardado para o entendimento da relação entre tecnologia e sociedade é que o papel do Estado, seja interrompendo, seja promovendo, seja liderando a inovação tecnológica, é um fator decisivo no processo geral, à medida que expressa e organiza as forças sociais dominantes em um espaço e numa época determinados. Em grande parte, a tecnologia expressa a habilidade de uma sociedade para impulsionar seu domínio tecnológico por intermédio das instituições sociais, inclusive o Estado. O processo histórico em que esse desenvolvimento de forças produtivas ocorre assinala as características da tecnologia e seus entrelaçamentos com as relações sociais (CASTELLS, 2007:49-50).

“O que deve ser guardado para o entendimento da relação entre tecnologia e sociedade” no médio norte mato-grossense, dimensiona não só a relação entre o agronegócio e o Estado, como expõe ambos a uma série de contraposições às regras de sustentabilidade propostas para a Amazônia Legal.

Isto se torna perceptível em praticamente todo o território amazônico, onde o agronegócio tem organizado as forças sociais dominantes e dominadas, adotando-as como meio para influenciar através do poder econômico.

Paralelo à dinâmica histórica, as cidades que se desenvolveram acima da média nacional foram surgindo e, inicialmente, o progresso, aqui subentendido como

desenvolvimento, foi impulsionado apenas pela rede de serviços articulada pelo agronegócio, depois expandida para as mais diversas áreas do comércio e da indústria de transformação.

O grande crescimento demográfico e econômico da região tem um débito com as pessoas que resolveram ficar e mudar o rumo de suas vidas, fato que reverberou numa explosão de desenvolvimento da cidade. Portanto, foi importante ouvir de imigrantes pioneiros e saber como eles encontraram as soluções para transformar o solo árido do Cerrado em terra agricultável.

Muitas histórias são contadas, mas o que efetivamente contribuiu para solucionar os problemas de acidez do solo foi a parceria dos agricultores com a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária).

Já a dificuldade de conseguir o alimento, devido às péssimas condições da estrada que mais tarde viria a ser a BR-163, por exemplo, passou a motivar alguns pioneiros imigrantes a alugar um ranchinho, conseguir um veículo qualquer para trazer mercadorias que suprissem a sua vendinha com o necessário para atender a clientela durante um mês, e repetir esta “maratona” sempre que necessário. Em pouco tempo adquiriu um imóvel, um veículo melhor e acabou se transformando num supermercadista de sucesso. O mesmo aconteceu com o fornecedor de peças, de equipamentos e outros.

A partir daí, começou o desenvolvimento e, ninguém melhor que Zart (1998), o interpreta:

O migrante, no caso um grupo se deslocando para uma região “vazia de cultura”, reconstrói o seu espaço cultural. Isto é, ao se restabelecer, ao lançar suas utopias, imagina e edifica a igreja, a escola, a rua, a praça, o hospital, a delegacia etc. O migrante se refaz. O novo espaço é uma cópia do velho espaço sociocultural, porque o homem, sendo histórico, está cheio de significantes os quais reproduzirá no novo ambiente (ZART, 1998:167).

1.2 Como tudo começou!

Desde a década de 1940, havia a preocupação com o baixo índice demográfico nas áreas do Brasil central e de fronteira. Pelos projetos do Estado Novo, deveriam ser incentivadas políticas de centralização político-administrativas e movimentação de pessoas de áreas mais populosas para a região centro-oeste. Com esta ideia, o governo de Getúlio Vargas promoveu, por meio do programa Marcha para o Oeste⁷, a ocupação dos cognominados “vazios demográficos”, com a intenção de absorver os excedentes populacionais que faziam pressão no centro-sul do país e encaminha-los para áreas onde poderiam produzir matérias primas e gêneros alimentícios a baixo custo.

A política de produção e distribuição de alimentos de Vargas trabalhava com a hipótese de abastecer os centros urbanos com produtos a preços mais baixos, promovendo o desenvolvimento industrial e a diversificação da agricultura. Por isto, deu ao campo absoluta prioridade e, ao mesmo tempo, criou uma política territorial de integração dos espaços considerados vazios, no qual Mato Grosso, nesta época incluindo Mato Grosso do Sul, se enquadrou como área ideal para a aplicação do novo estilo de produção agrícola.

⁷ Foi um projeto dirigido pelo governo Getúlio Vargas no período do Estado Novo, para ocupar e desenvolver o interior do Brasil. Lançado na véspera de 1938, a Marcha, nas palavras de Vargas, incorporou "o verdadeiro sentido de brasilidade", uma solução para os infortúnios da nação. (Fonte: Emerson Santiago; <http://www.infoescola.com/historia-do-brasil/marcha-para-o-oeste>).

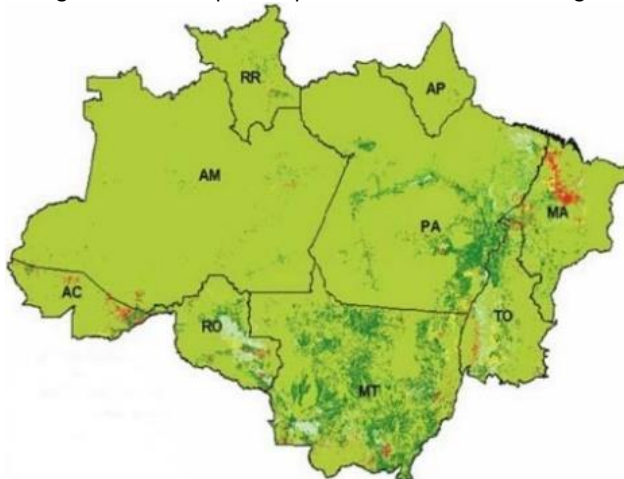
Entre as décadas de 1940 e 1960 foram implantados vários núcleos oficiais de colonização que abrangiam aproximadamente 900 mil hectares de terras públicas/devolutas, negociadas com empresas particulares e pessoas físicas, entre as quais se incluíram milhares de imigrantes.

Apesar dos esforços do governo federal, os resultados ficaram aquém dos objetivos tanto de povoamento quanto de diversificação e expansão da pequena produção ou ampliação do mercado interno.

Com base nos textos de Becker (1990), Joanoni Neto (2007), Moreno (2007) e Silva (2008), é possível afirmar que o fracasso é compreensível uma vez que o poder público realizou muitos contratos com empresas particulares, com base em interesses de grupos econômicos e político-partidários a preços irrisórios ou mesmo usando terras como barganhas ou “moedas de troca” para favores políticos que dispensavam concorrências públicas ou garantias de execução.

Como na década de 1960 o quadro das regiões norte e centro-oeste não tinha mudado muito, resolveu-se, para fins de planejamento estratégico, transformar aquele território em Amazônia Legal, área da antiga SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), para definir um espaço de 5 217 423 km² (61% do território brasileiro).

Figura 2: Estados que compõem a área da Amazônia Legal



Fonte: Geobrainstorms - Criação: Murilo Cardoso (2005)

Este espaço incluía 9 estados: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão (parte), Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins (parte)

Com a chegada do General Ernesto Geisel à Presidência da República em 1974, a ideia de Getúlio Vargas volta a criar força, desta vez resguardada pelo seu ministro da Casa Civil, o geógrafo e geopolítico General Golbery do Couto e Silva que, como membro da Escola de Estado Maior na década de 1940, já havia traçado uma análise geopolítica da região depois identificada como Amazônia Legal.

Como pano de fundo, havia uma pauta de interesses nacionais como:

- ✓ A falta de terras no sul do Brasil, cuja estrutura fundiária estava esgotada e este era o principal impasse para solucionar os problemas da reforma agrária;
- ✓ A necessidade de ocupar as áreas de fronteira, a título de proteção territorial;

- ✓ A urgência de povoar aquelas grandes áreas do país, cujos índices demográficos eram muito baixos.

Bertha Becker (2004) afirma que,

As políticas públicas para a Amazônia passaram a refletir o interesse nacional em seus valores históricos atualizados pela incorporação das demandas da cidadania, e é essa transição que se expressa em duas políticas públicas paralelas desarticuladas e conflitantes. Ambas visam o desenvolvimento numa estratégia territorial seletiva, mas o desenvolvimento previsto por uma e pela outra, mais que diversos, são opostos. Uma baseia-se no favorecimento de novos investimentos para infraestrutura e outra está direcionada para as populações locais e a proteção ambiental. (BECKER, 2004:127).

Na estratégia territorial seletiva, prevaleceu o favorecimento de novos investimentos para infraestrutura, porque o governo militar de 1970 tinha pressa e a ação visou impulsionar o povoamento da Amazônia para alcançar os seus objetivos. Por isto, foram convocados vários batalhões de engenharia de construção para realizar o planejamento estratégico de ocupação e proteção de fronteiras.

Assim, a Amazônia, então cognominada pelo regime militar “terra sem homens para homens sem terra”, passou a ser esquadrihada por rodovias projetadas sobre as ideias do mapeamento do projeto geopolítico estratégico do regime militar.

Para dar sequência ao projeto original, num primeiro movimento foi proposta a divisão do estado de Mato Grosso porque, se todo o estado fosse incluído, a área da Amazônia Legal ocuparia uma área muito grande do território nacional.

Figura 2: Divisão do Estado de Mato Grosso (1977)



Fonte: Adaptado sobre base cartográfica de 2000;
in: Moreno, G. e Higa T.C.S (2005)

Assim, em outubro de 1977, foi criado Mato Grosso do Sul, um novo estado formado por 55 municípios distribuídos em 357.124,962 km². Mato Grosso ficou com 903.357,908 km² e com 38 municípios (mais território e bem menos municípios).

De 1979, após a consolidação da divisão do estado, até 2000, foram emancipados mais 103 municípios, perfazendo o total de 141 que hoje compõem esta unidade da federação.

Entretanto, permaneceu o problema de mobilidade territorial, entre as décadas de 1960/1980, tornando urgente a construção de uma rede de rodovias longitudinais e transversais em toda a região norte e centro oeste do país.

Para cumprir mais esta etapa do projeto, foi planejada, uma malha viária, que funcionaria como manobra de integração do território nacional, cuja meta era integrar a Amazônia Legal ao resto do país.

Como parte deste projeto de integração nacional, foi construída, pelo 9º Batalhão do Exército, na década de 1970, a BR-163, uma das rodovias longitudinais que praticamente atravessa o país, com 3.467km.

Os militares visavam “vender” a baixo custo áreas mato-grossenses consideradas anecúmenas, principalmente para os agricultores dos Estados do sul do Brasil. Esta oferta incluía moradia, financiamentos para plantio e colheita com juros módicos e prazos longos, além de infraestrutura urbana, composta por serviços de saúde, saneamento básico, escola e estradas para escoar a produção. Em pouco tempo, a região se transformou numa espécie de Novo Eldorado, mas também não demorou muito para que os imigrantes constatassem que a realidade não era bem aquela que haviam prometido.

Quando a regime militar usou o *slogan* “terra sem homens para homens sem terra”, cometeu duas veleidades. Uma foi ignorar a população autóctone porque, apesar da baixa densidade demográfica, ali vivia um número expressivo de índios e caboclos que foram deslocados ou mortos para dar lugar aos colonos ou empresas colonizadoras que “lotearam” boa parte da região amazônica. A outra foi imaginar que o deslocamento de “sem terra” dos estados do sul do Brasil, para o meio da selva amazônica, resolveria a questão da reforma agrária. Esperavam que, apesar das condições precárias de sobrevivência, estes imigrantes transformassem e urbanizassem, sem qualquer apoio do Estado, as áreas para as quais haviam sido destinados.

Mas os que persistiram, permaneceram e venceram foram principalmente aqueles para os quais não havia caminho de volta. Era dar certo ou dar certo.

Como afirma Santos(2005),

O futuro é formado pelo conjunto de possibilidades e de vontades, mas estes, no plano social, dependem do quadro geográfico que facilita ou restringe, autoriza ou proíbe a ação humana. Alcançar inelectualmente futuro não é questão estatística, nem simples arranjo de dados empíricos, mas questão de método. (SANTOS, 2005:130).

Este futuro formado pelo conjunto de possibilidades e de vontades que amalgamou os imigrantes pioneiros à nova realidade pode ser claramente percebido no método de colonização da área de abrangência da BR-163. Não só as etnias autóctones foram culturalmente dominadas, como os próprios imigrantes, atraídos dos estados do sul do Brasil, foram enquadrados nos moldes dos novos coronéis da política local.

Este enquadramento deu aos imigrantes forças para superar as vicissitudes e metamorfosear suas perspectivas enquanto grupo social dominado pelas políticas adotadas pelo Estado e pelas colonizadoras.

Nesta metamorfose estava inserido um novo slogan: “integrar para não entregar” por meio do qual os imigrantes se transformaram em construtores de sua própria ideologia

(individual e coletiva) usando o slogan como alavanca para superar o medo, a coação, a manipulação e a omissão do poder público que deveria ter exercido sua função de agente de proteção dos direitos e do exercício da cidadania.

O futuro formado pelo conjunto de possibilidades e vontades que moveu os imigrantes pioneiros, dependia de um quadro geográfico que mais restringia do que facilitava, mais proibia do que autorizava a ação humana numa região à primeira vista inóspita, por seu clima quente e terras de Cerrado.

Em pouco tempo a BR-163 rasgou a floresta amazônica e deu passagem aos imigrantes que transformaram o caminho da ocupação em corredor de *commodities* produzidas principalmente para exportação.

Paralelo ao crescimento do agronegócio, as povoações que foram brotando ao longo das rodovias e continuaram recebendo imigrantes que transformaram praticamente todas as povoações da área de abrangência da BR-163 em prósperos municípios.

2 O MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE

Situado à margem BR-163, a 334 km de Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso, na mesorregião do médio norte, caracteriza-se com um relevo predominantemente plano e vegetação formada por Cerrado arbóreo denso (cerradão) e matas ciliares. Sua área é de 3.645,23 km². Limita-se ao Norte e a Leste com o município de Sorriso, ao Sul com Nova Mutum e a Oeste com Tapurah. Seus habitantes são chamados de luverdenses.

A agrovila que nasceu de uma política de assentamento implantada pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), em 1974, hoje o município é reconhecido como capital da agroindústria de Mato Grosso.

O nome foi escolhido em homenagem a Lucas de Figueiredo de Barros, um seringalista, afeito à rudeza da selva, que via na extração do látex sua motivação de vida.

Profundo conhecedor da região, teve seu nome perpetuado pela história por uma iniciativa do historiador e então coordenador geral do INCRA para o Estado de Mato Grosso (composto ainda por Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), Paulo Pitaluga Costa e Silva.

O complemento Rio Verde foi anexado ao nome do seringalista, porque já era utilizado como referência territorial, graças ao rio Verde que atravessa três bairros da cidade.

Fruto da política de integração nacional do governo militar, a obra de abertura da rodovia BR-163, ligando Cuiabá, MT a Santarém, PA, realizada pelo 9º Batalhão de Engenharia de Construção (BEC) na segunda metade da década de 1970, trouxe vários colonos do sul do país para serem assentados em lotes de 200 ha, na segunda metade da década de 1970.

Alguns imigrantes pioneiros de Lucas do Rio Verde chegaram antes do início das obras de abertura da rodovia BR-163. Outros se deslocaram para a região praticamente junto com a estrada e foram ocupando os espaços à margem do traçado à proporção que este ia avançando.

Entretanto, o projeto de antropização da área só teve efeito, quando o PEA⁸, trouxe para a agrovila 252 famílias de agricultores sem-terra oriundas de Encruzilhada Natalino,

⁸ O PEA (Projeto Especial de Assentamento) consistiu na execução de projetos emergenciais destinados a atender populações removidas compulsoriamente de áreas conflitadas, por decisão do governo federal. A responsabilidade na implantação do projeto era do Incra, desde a organização territorial, a colocação da infraestrutura, até a administração técnico-financeira. Esse projeto ficou famoso no Brasil inteiro pelos escândalos de corrupção

interior do município de Ronda Alta, RS para formar a comunidade que deu origem ao município. Quando estas famílias chegaram, já viviam no local outros 85 posseiros, um grupo de 50 empresários rurais, oriundos da Cooperativa de Imigração e Colonização Holambra⁹ com sede em Paranapanema-SP e 12 pessoas, ditas da própria região e não identificadas, conforme consta na ata de fundação de Lucas do Rio Verde lavrada em 05 de agosto de 1982.

Este grupo acreditou na experiência adquirida nos projetos anteriores e, por possuírem uma boa estrutura física e econômica, concordou em criar uma base de extensão cooperativista na “Fronteira Agrícola”.

Isto significava dividir 197.991 hectares de terra sobre a qual deveriam ser assentados posseiros, colonos e empresários, e as famílias agora destinadas para aquela área.

A entrada dos colonos de Ronda Alta (RS) oportunizou a regularização das terras ocupadas por grileiros, colonos e empresários do grupo já instalado, sendo que alguns chegaram a obter até 2.000 ha de terra. Para atender os associados do GICAN (Grupo de Interessados em Colonizar Áreas Novas), que chegaram em 1982, o projeto precisou ser ampliado para 900 lotes.

O assentamento foi executado e, inicialmente, não havia nada de infraestrutura física ou social como haviam prometido os militares para atrair imigrantes para o projeto. Na realidade, cada colono recebeu um lote com 200 ha de Cerrado, sem nenhuma perspectiva de levantamento de capital em banco para iniciar o plantio, nem qualquer tecnologia para ser empregada no lote, muito menos infraestrutura para suportar as vicissitudes da “nova terra”.

Como já havia passado o período das chuvas, o resultado da produção foi um fracasso e as famílias passaram a sobreviver com um vale mensal fornecido pelo INCRA para comprar alimentos na COBAL (Companhia Brasileira de Alimentos) e dos serviços prestados nos latifúndios vizinhos ao Projeto.

Como afirma Huber, um imigrante pioneiro oriundo do grupo Holambra (2010),

Através do Projeto Fundiário de Diamantino, está sendo aprovada a regularização fundiária dos pioneiros, os primeiros moradores e agricultores da área, que com seus próprios esforços demonstraram a qualidade e a boa aptidão da terra e transformaram o Cerrado em imensas áreas produtivas; e ainda, em atendimento ao decreto presidencial, foi criada a Cooperativa Agropecuária Mista Lucas do Rio Verde Ltda – COOPERLUCAS, sendo o primeiro presidente o Sr. Anton Huber, cuja finalidade será agregar os colonos e os antigos posseiros, dando-lhes apoio e assistência técnica. (HUBER, 2010:117)

As várias etapas do processo de regularização passaram a ser comemoradas em diferentes datas, ou seja: 05 de agosto de 1982, data de fundação da agrovila, ainda pertencente ao município de Diamantino; 17 de março de 1986, data em que o núcleo urbano foi elevado à condição de Distrito; e dia 04 de julho de 1988, data em que conquistou sua

ocorridos na sua implantação, com o envolvimento de funcionários do Incra/MT na distribuição de parcelas. Em 1982, o projeto passou a ser desenvolvido com a participação da Cooperativa de Lucas do Rio Verde (Cooperlucas). Muitos dos lotes já haviam sido “comprados”, antes mesmo dos primitivos colonos terem recebido suas Cartas de Anuência, documento provisório de titulação, com cláusulas resolutivas, que limitavam a venda dos lotes cedidos. Com a entrada da Cooperativa, foi regularizada a situação da área, inclusive dos lotes grillados durante a implantação. MORENO, 2007:166-167.

⁹ Também conhecidos como “paulistas”, que, conforme o historiador José Dario Munhak, não vinham necessariamente, do estado de São Paulo; por isto, o termo mais exato seria participantes do GICAN (Grupo de Interessados em Colonizar Áreas Novas).

emancipação político-administrativa, quando já contava com 5.500 habitantes. Atualmente, poucas famílias dos assentados de Ronda Alta ainda continuam em suas terras.

Com alta tecnologia e elevados índices de produtividade, a agricultura despontou, rapidamente, como uma das mais eficientes do mundo. Este foi um dos fatores fundamentais para que o município rapidamente se firmasse entre os mais importantes polos do agronegócio. Responsável por 1% de toda produção brasileira de grãos, embora sua área ocupe apenas 0,04% do território nacional, Lucas do Rio Verde agora ingressa efetivamente no processo de verticalização de seu perfil econômico que evolui acima da média nacional a partir do ano de 2005.

Como afirma Santos (1988),

Os elementos que se agrupam dando a configuração espacial de um lugar têm que passar por um estudo aprofundado, desde o homem até as instituições que vão dirigir, juntamente com as firmas, as formas de materialização da sociedade. Destrinchar as relações existentes entre estes elementos, tornando os conceitos em realidades empíricas, permitirá que se vislumbre, no tempo e no espaço, a transformação. (SANTOS, 1988:11).

A partir do vislumbre de que a agroindústria seria o caminho para a transformação no tempo e no espaço, surgiram outros investimentos em diversos setores, principalmente nos de alta tecnologia que foram agregados ao plantio permitindo que os produtores colhessem duas safras por ano, com elevados índices de produtividade. Com isto o município se firmou numa posição confortável de importante polo do agronegócio brasileiro.

Independente dos grandes produtores soja, milho e algodão, houve um grande crescimento da agricultura familiar, conhecida como “agricultura dos chacareiros” que abastece a cidade com hortaliças, frutas, mel, peixe e outros produtos.

Recentemente, a economia de Lucas do Rio Verde tem se expandido para o campo da agroindústria, independente da agropecuária, fato que a transforma num polo de absorção da mão de obra que, gradativamente, vai sendo preterida pelas máquinas e pela mão de obra especializada necessária para manejá-las.

Mesmo assim, a partir de 2005, o número de empresas instaladas no município aumentou exponencialmente, a ponto da administração pública pensar em deslocar o núcleo urbano mais para oeste, alterando o modelo original de implantação da maioria dos núcleos urbanos desenvolvidos a partir dos anos 1970, que acomodava de um lado da rodovia proletários e “paus rodados¹⁰” e do outro, os agricultores e a sociedade (burguesia).

¹⁰ Mão de obra que rodava por diferentes municípios, destocando raízes e plantando mudas em diversas fazendas. Daí vem o nome de paus rodados.

Figura 4: Trecho da BR-163 que atravessa Lucas do Rio Verde



Fonte: Ascom Prefeitura de Lucas do Rio Verde

A escassez de energia que dificultou o desenvolvimento no início foi solucionada com o investimento de R\$ 110 milhões no projeto da Usina de Canoa Quebrada, que passou a gerar 28 MW de energia e absorveu aproximadamente 500 empregos diretos.

A chegada da BRF/Sadia em abril de 2005, provocou uma profunda transformação geopolítica não só no município como em toda a região. A partir desta data, o número de empresas instaladas no município aumentou 309,25% e, a partir de então, este número tem aumentado anualmente numa média de 6% a 8%.

Foi a partir do início das atividades da BRF/Sadia, em 2008, quando foram contratados mais de 4000 empregados, que surgiu o primeiro impacto demográfico e mobilizou o poder público para a cocriar a urbanização e todos os projetos de infraestrutura previstos para os anos seguintes.

Imediatamente após a chegada, das famílias dos profissionais contratados, todos necessitavam de uma casa para morar, escola para os filhos, supermercado, lojas comerciais, atendimentos médicos, hospitalares e dentários, além de farmácias, serviços de segurança e assim por diante. A partir de então, a cidade praticamente teve de se reinventar a cada ano, para atender a demanda.

O início das atividades da BRF/Sadia exigiu um aumento expressivo no fornecimento de energia elétrica. Hoje, só a empresa possui duas subestações com capacidade de gerar até 108 MVA (megavolt ampère).

A consequência imediata de um crescimento acima da média nacional trouxe consigo alguns problemas que, a princípio, pareciam sem solução. Num primeiro momento, estarreceu as autoridades locais; num segundo momento, revestiu a municipalidade de perspicácia para solucionar com agilidade os problemas diários, que não cessavam.

Como um município de médio porte, com 69.671 pessoas (IBGE, 2021), foi apontado pela Revista Exame, em segundo lugar entre as 50 cidades pequenas mais desenvolvidas do país. A mesma revista indica que o município se encaixa na quinta colocação entre as melhores cidades do Brasil para se fazer negócios, com base na consultoria realizada pela Urban Systems que pontuou o município em 14,01 pontos, em uma escala que vai até 30.

Hoje, a dinâmica à qual o poder público teve de se adaptar, despertou nos munícipes a premência de expandir alguns setores para assegurar o desenvolvimento e aproveitar a mão

de obra, antes rotativa, que agora permanecia em maior número na cidade obrigando-se, por sua vez, a emparelhar-se à rápida expansão que acabou colocando o município entre os que mais se destacaram pelo IFDM – Índice FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro de Desenvolvimento Municipal.

Dos 93,19% da população que vive em áreas urbanas, 99,91% dos domicílios são abastecidos por energia elétrica, se constata que 99,01% d energia elétrica é fornecida pela ENERGISA Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A, 0,89% fornecidos por outras fontes e 0,09% não possuem luz elétrica.

A saúde pública dispõe de 148 estabelecimentos para atender 95,78% dos habitantes.

De acordo com os dados do relatório divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) o município obteve o índice de 0,768, sendo o segundo maior de Mato Grosso (PNUD) e o 249^o do Brasil.

A taxa de escolarização da população entre de 6 a 14 anos é de 97,5%, concentrando-se nela o maior esforço do poder público para fazer frente à demanda de escolas. Hoje são 25 escolas com 10.600 alunos matriculados na rede municipal de ensino que atende 56% dos alunos matriculados na educação básica. Ao todo, são aproximadamente 19 mil estudantes no município.

A educação municipal de Lucas do Rio Verde foi apontada pela organização não governamental, Instituto Alfa e Beto, como um dos municípios com melhor desempenho do Brasil.

O serviço de abastecimento de água é feito pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Lucas do Rio Verde (SAAE) que abastece, em média, 12 567 domicílios (91,27%). Atualmente atende com serviços de esgoto a 42,4% da população. O lixo é coletado em 93,78% dos domicílios, sendo que 92,71%, por meio de serviço de limpeza e 1,07% por meio de caçambas.

Lucas do Rio Verde tem um projeto já bem adiantado para implantar uma coleta de lixo 100% mecanizada, que faz parte do Plano Municipal de Resíduos Sólidos. Este projeto, que acompanha as determinações da Política Nacional de Resíduos Sólidos, prevê destinar todo o lixo produzido no município ao Ecoponto de Lucas do Rio Verde, onde será feita a separação e dará a destinação correta aos materiais. Entretanto, tem esbarrado não só nas questões financeiras como também na dificuldade de convencer a população sobre as vantagens de separar o lixo para a coleta seletiva.

O Plano de Tecnologia de Informação, que também fez parte do Plano Piloto elaborado em 2005, pretendia conectar todas as instituições municipais, para atender melhor aos municípios, principalmente aqueles que vivem em comunidades mais afastadas. Embora o projeto tenha avançado bastante para interligar os bairros com o Poder Público, até então teve apenas 50% concluído.

Também era parte deste Plano, a montagem de uma infraestrutura de monitoramento e gerenciamento de dados para atender todo o município e comunidades do interior em conexão direta com as secretarias na prefeitura, mas também não ainda foi concluído.

Como vetor da organização do espaço local, está o planejamento de novos bairros, programados no Plano Piloto, já incorporando as áreas incluídas no deslocamento e reterritorialização do núcleo urbano.

Esta demanda tanto pode ser atendida pelas imobiliárias locais, obedecendo ao planejamento urbano adotado pelo Plano Piloto, quanto pode ser exercida pelo poder público com a adequação do programa Minha Casa Verde e Amarela, assim como foi com o programa Minha Casa Minha Vida, ambos do Governo Federal.

De um modo geral, têm sido utilizadas as verbas deste tipo de programa com algumas adaptações em favor da população como:

- a) O município entra com a infraestrutura (energia elétrica, água, esgoto coleta de lixo e mobilidade urbana);
- b) Os sorteios são realizados antes do início da construção das casas e a pessoa sorteada acompanha a construção, podendo alterar ao seu gosto alguns itens desde que não onerem o orçamento básico. Despesas fora do orçamento básico são assumidas pelo proprietário;
- c) Ao término da construção, que via de regra é agilizada pelos proprietários, a área já está com estrutura de um bairro, com escola, UPA e serviços públicos proporcionais ao número de habitantes daquele “novo bairro”.

CONCLUSÃO

As políticas públicas adotadas nos últimos anos visaram um espectro amplo que poderia ser ocupado pela agroindústria e, a partir do início do século XXI, deram ao município novas perspectivas de emprego e renda, preparando a comunidade local para o futuro.

Passaram a ser preocupações centrais do poder público municipal, o alto nível de ensino e a qualificação de mão de obra adequada à tecnologia, cada vez mais sofisticada do agronegócio e da indústria de transformação.

Falhou, entretanto a educação comunitária para acompanhar projetos como os do Ecoponto e do Plano de Tecnologia de Informação, para que as comunidades acompanhassem e contribuíssem com a conclusão destes sistemas tão importantes para a integração e empoderamento das classes menos favorecidas, em sua maioria moradores de bairros mais distantes.

Paralelamente, não se viu, até agora, não só em Lucas do Rio Verde como na maioria dos municípios da área de abrangência da BR-163, qualquer proposta do Governo Federal que mudasse a forma de propor políticas públicas para os estados e municípios da Amazônia Legal. Cada estado, cada região e cada município tem suas próprias características e as normas têm sido implementadas de forma homogênea, sem o cuidado com as diversidades locais.

É sabido que a ausência de uma política pública regional ou local atrai sérios problemas para comunidades urbanas e indígenas, pela falta de consultas para o aceite das tomadas de decisão que, muitas vezes, contrariam a realidade e a opinião pública local. Sem políticas regionais/locais específicas, dificilmente se alcançará o equilíbrio social ou a execução de projetos/programas adequados a cada cidade/comunidade.

No caso específico de Lucas do Rio Verde, aumentou enormemente a demanda por serviços da Justiça do Trabalho, serviços básicos de saúde, educação, moradia e segurança pública possivelmente gerados tanto pelo crescimento demográfico quanto por ex-empregados, muitos oriundos de outros estados que permaneceram no município mesmo após terem sido dispensados de suas atividades pelo mercado de trabalho local.

O que antes parecia correr de acordo com os planos da administração pública, passou a esbarrar em dificuldades, provavelmente por falta de diálogo entre o poder público e a sociedade, com vistas à construção de soluções, sem abrir margens para conflitos urbanos.

Como afirma Maria-Cristina Florian em seu artigo “O que é cocriação no contexto da arquitetura e do urbanismo?”

O design participativo é muitas vezes centrado no fator envolvimento, com o objetivo de criar um projeto focado no envolvimento dos usuários. Embora existam algumas interpretações bem-sucedidas desse conceito, muitas vezes ele assume a forma de participação simbólica, imitando o envolvimento, mas evitando decretar mudanças reais. O design participativo também é interpretado como consulta à comunidade em um estágio do processo, utilizando as ideias sugeridas e avançando com o projeto.

Este design participativo que também é interpretado como consulta à comunidade em um estágio do processo, poderá inibir o avanço da especulação imobiliária que tem desmantelado as propostas de urbanização nas áreas urbanas, tanto para atender o excesso de demanda, como suprir a falta de controle do poder público.

Estes e outros fatores impactarão ainda mais, quando o crescente interesse na instalação de plantas industriais para a transformação de *commodities* agrícolas for realidade, porque não só absorverão mais gente como demandará mais infraestrutura de apoio.

Paralelo a estas demandas, a mão de obra precisa ser muito mais qualificada, pois os equipamentos estão cada vez mais sofisticados exigindo mais da capacidade humana de produção.

Esta talvez seja uma nova etapa de desafios para os luverdenses nos próximos anos.

REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. Migração e mudança ocupacional na fronteira amazônica brasileira: estratégia, trajetória, conflitos e alternativas. In: BECKER, Bertha K. et al. **Fronteira Amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília: UNB; Rio de Janeiro: UFRJ, 1990.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Estatísticas em geral**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acessado em: julho de 2022.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Trad. Roneide Venancio Majer e Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e terra, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A periodização da rede urbana da Amazônia**. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro. n.3, jul./set.1987.

FLORIAN, Maria-Cristina Florian. **O que é cocriação no contexto da arquitetura e do urbanismo?** Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/992833/o-que-e-cocriacao-no-contexto-da-arquitetura-e-do-urbanismo>. Acessado em: dezembro de 2022

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. Trad. Álvaro Cabral. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Trad. Carlos Szlak. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HUBER, Anton. **Tempestade no Cerrado**. Cuiabá: Carlini&Caniato, 2010.

JOANONI NETO, Vitale. **Fronteiras da Crença: Ocupação do Norte de Mato Grosso após 1970**. Cuiabá: Carlini&Caniato; EdUFMT, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2004.

MOORE Jr, Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**. Trad. Maria Ludovina F. Couto. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MORENO, Gislaene. **Terra e poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla | 1892-1992**. Cuiabá: Entrelinhas; EdUFMT, 2007.

MORENO, Gislaene e HIGA, Tereza Cristina (Orgs). **Geografia de Mato Grosso: território - sociedade - ambiente**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

RAVACHE, Rosana Lia. **Migração e Modernização em Cidades Médias da Amazônia Legal: Área de Abrangência da BR-163**. Tese de Doutorado defendida na Universidade de São Paulo Faculdades de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Departamento de Geografia Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. São Paulo, 2013

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. 5ª impr. São Paulo: EDUSP 2009.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: EdUSP, 2005.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura política nacional: O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

ZART, Laudemir Luiz. **Desencanto na Nova Terra: Assentamento no Município de Lucas do Rio Verde-MT na década de 80**. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, junho de 1998.